



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:  
UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO  
MUNICÍPIO DE FRANCA/SP.**

**YUKARI YAMAUCHI MORAES<sup>1</sup>**

**INAÊ CARVALHO FERREIRA<sup>2</sup>**

**GIULIA AMORIM PAFFILE<sup>3</sup>**

**RESUMO**

O artigo manifesta de forma analítica, histórica e dialética sob o intermédio de revisão bibliográfica e experiência em estágio supervisionado, explorando as possibilidades e desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais que atuam na política de Educação em Franca/SP, com o objetivo de contribuir a pesquisa e a intervenção cotidiana do/a assistente social em seu espaço sócio ocupacional.

**Palavras-chaves:** Educação, Serviço Social, Estágio.

**ABSTRACT:**

The article is a descriptive study based on experiences in supervised internships, exploring the opportunities and challenges faced by social workers who work in education politics in Franca, São Paulo, with the objective of contribute research and daily intervention of social workers in their socio-occupational environment.

**Keywords:** Education, Internship, Supervised e Social Workers.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta reflexões teóricas e experiência em estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social, efetuadas por uma das autoras na esfera da política de educação. O artigo parte de uma metodologia baseada a partir de uma análise crítica, histórica e dialética, contando com a contribuição de normativas técnicas fundamentais para o processo de atuação dos/as assistentes sociais.

Fundamentado em uma revisão bibliográfica embasada em legislações vigentes, objetiva analisar a política de educação e a contribuição da categoria profissional de assistentes sociais, mediante a precursora Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, além de garantir o trabalho multiprofissional com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação efetiva da comunidade escolar. Entende-se que a equipe multiprofissional respeita a atuação interdisciplinar por intermédio das intervenções técnicas realizadas em um determinado espaço sócio-ocupacional.

A relevância do estudo se reforça quando pretende destacar o trabalho profissional na educação básica no município de Franca/SP, seus desafios e possibilidades diante de um cotidiano profissional marcado por instabilidades e lutas, sendo essa atuação uma das pioneiras na região ao contar com um número considerável de profissionais da área, de 1978 aos dias atuais, segundo Pimenta (2009).

A crescente participação de assistentes sociais na área da educação evidencia as alteridades por ela imposta:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica de reprodução social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS/CRESS, 2011, p. 16).

Deste modo, é importante salientar que a atuação do/a assistente social na política de educação opera não somente como um/a facilitador/a do acesso à educação, de forma que também contribui como agente de transformação social, cujo objetivo é auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, proporcionando equidade de acesso e amadurecimento do pensamento crítico, em oposição ao vigente sistema capitalista que reproduz formas de interação social fundamentadas nas desigualdades entre as classes sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ademais, vale considerar que o processo de trabalho humano na agenda neoliberal transforma-se em mercadoria, tendo seu determinado valor no mercado, fator que implica na afirmação de um sistema educacional pautado na reprodução do consenso e controle institucional com vistas para a reprodução de uma força de trabalho submetida cada vez mais às condições precárias de trabalho.

A partir dessa demanda contraditória, entende-se como fundamental intervenções profissionais articuladas aos movimentos sociais e educacionais que transformem a perspectiva de uma educação bancária, construindo de modo coletivo e multiprofissional possibilidades de uma educação emancipatória, transversal ao fortalecimento de ações voltadas para o exercício da cidadania, para que seja encontradas alternativas em vista aos desafios enfrentados entre os/as próprios/as profissionais consolidando a direção ético-política da dimensão interventiva de atuação do/a assistente social na educação. Além disso, cabe salientar a ausência de condições ético-políticas e técnicas que estes profissionais recém-chegados estão enfrentando para afirmar os objetivos deste trabalho, aprofundando o debate acerca da educação inclusiva, respeitando a diversidade humana e os direitos inerentes a esse processo.

## **2. O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS PRELIMINARES**

Para conferir visibilidade à temática supracitada, elegemos como ponto de partida a análise do trabalho do/a assistente social no contexto da política de educação no Brasil. De acordo com o documento “Subsídios para a atuação de assistentes na política de educação” (CFESS, 2013) o/a assistente social é profissional que compõe o trabalho coletivo desenvolvido nesta área, juntamente com outros profissionais tais como: professores, psicólogos, coordenadores pedagógicos, profissionais da cozinha, zeladores e outros atores da comunidade educacional que fazem parte da equipe multiprofissional.

Ademais, é possível afirmar que a relação entre serviço social e educação são acompanhados desde os primórdios da profissão em decorrência da potencialidade política e interventiva desta profissão no enfrentamento das diversas formas de manifestações da questão social (Almeida, 2007). Entretanto, com base nos estudos efetuados pelos autores Dentz; Silva (2015), os primeiros registros documentados da atuação do serviço social na educação ocorreram

em meados de 1930, contexto que denunciava os principais índices estatísticos desfavoráveis na educação<sup>4</sup> e acirramento da desigualdade social<sup>5</sup> no Brasil.

Em resposta a este cenário e com o objetivo de impulsionar a industrialização brasileira, o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964) elaboraram o projeto de desenvolvimentismo nacional e os assistentes sociais nesses períodos históricos, foram requisitados para a execução das políticas sociais, dentre elas podemos incluir a política de educação. No espaço escolar, o referido projeto era imbricado nas práticas interventivas do assistente social na “preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (Vieira, 1977, p. 178).

Percebe-se que as motivações do Estado brasileiro e sua relação com projeto educacional neste contexto, já determinava a educação como instrumento para a formação técnica com vistas a atender às requisições do mercado de trabalho e, concomitantemente, efetivar o controle da classe trabalhadora no atendimento de algumas das suas demandas, porém sintonizadas com os interesses do capital.

Diante deste contexto histórico e às bases conservadoras tradicionais que pautavam à profissão Serviço Social (Iamamoto, 2003)<sup>6</sup>, às contribuições do assistente social no âmbito da educação básica inicialmente eram funcionais ao ideário dominante, se organizaram nos moldes das metodologias importadas dos Estados Unidos traduzidas no denominado: Serviço Social de caso, de grupo e desenvolvimento da comunidade. Esses modelos estavam baseados no formato do ajustamento social e moralização da vida social imprimindo nas expressões da questão social a configuração de “problemas sociais”, individualizados, fragmentados, despidos de determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos. Portanto, a atuação do assistente social neste contexto educacional era destinada a resolução de problemas pontuais e funcionais para a manutenção do *status quo* (Iamamoto, 2003).

Contudo, após o Movimento de Reconceituação (Netto, 2017)<sup>7</sup> – aspecto marcante na trajetória da profissão, caracteriza-se como um fenômeno que desencadeou uma série de transformações tanto no entendimento da profissão, quanto na discussão sobre os aspectos da intervenção e também no significado do serviço social na sociedade brasileira. Essas mudanças

<sup>4</sup> “De acordo com o censo de 1940, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais era de 55,9%” (Mantovani, 2012, p. 10).

<sup>5</sup> “Em 1940, apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariado” (Pochmann, 1998, p. 120).

<sup>6</sup> Obra em referência da autora Marilda Villela Iamamoto “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, publicado pela Editora Cortez em 2003.

<sup>7</sup> Obra em referência do autor José Paulo Netto “Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, publicado pela Editora Cortez em 2017.

manifestaram-se nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão (Netto, 2017).

O referido processo que teve impacto no redimensionamento do exercício profissional, foi uma resposta à evolução dos paradigmas, influenciada pelo contexto econômico, social, político vigente no cenário brasileiro e que demandaram debates e revisões no interior da categoria profissional em decorrência das demandas emergentes nesse contexto temporal específico (Netto, 2017). Ocorrido em meados dos anos de 1960/1970 (Netto, 2017), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro promoveu a aproximação com a teoria social crítica marxiana e o diálogo da categoria profissional articulado com os movimentos sociais, evidenciando as lutas das classes sociais, a formação e o exercício profissional de assistentes sociais que foram redimensionados pela incorporação de uma perspectiva crítica. Estes sem dúvidas foram elementos primordiais para balizar a leitura questionadora da questão social e suas expressões em uma perspectiva crítico-dialética, bem como preconizar ações propositivas para o seu enfrentamento.

Nesse sentido, ao considerar o campo das políticas sociais e por consequência, as políticas educacionais como locus privilegiado da ação profissional (Almeida, 2007), as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do serviço social brasileiro admitem a educação na perspectiva ampliada, ou seja, a educação que extrapola o espaço formal do ensino. Assim, a concepção de trabalho do/a assistente social na educação básica que orienta este trabalho - que comunga com os preceitos éticos/políticos dispostos no Código de Ética Profissional (CFESS/CRESS, Lei nº 8662, 1993), está sintonizada na concepção da promoção e fortalecimento da educação crítica, emancipatória, propositiva que visa a formação integral para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Ao considerar a perspectiva crítica e emancipatória da educação - enquanto direito fundamental de extrema significância para contribuir na construção de uma consciência crítica e possibilitar que os indivíduos se reconheçam como sujeitos detentores de direitos e, assim, possam participar efetivamente de processos de transformação social. Esta perspectiva considera as dimensões política, econômica, ideológica e cultural inerentes à educação. Nesse contexto, a atuação do/a assistente social, articulado/a com demais profissionais e comunidade educacional, visa à "ampliação e consolidação da cidadania, considerada primordial para toda a sociedade, com o intuito de assegurar os direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras"

(CFESS/CRESS, Lei nº 8662, 1993), conforme expresso no artigo 3º da Lei que regulamenta a profissão Serviço Social.

Este posicionamento ético-político do serviço social em direção à democratização dos direitos humanos e sociais, o qual tem se manifestado radicalmente contra o projeto educacional hegemônico em curso, afirma o compromisso com a educação crítica, libertadora, antirracista, voltada para formação qualitativa, que possa contribuir com a emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana conforme mencionado anteriormente. Assim, não podemos considerar esta concepção de educação popular, democrática e participativa desarticulada dos direitos fundamentais/sociais.

Contudo, ao elencar na análise os elementos contraditórios em disputa presentes no seio da categoria profissional do Serviço Social (Iamamoto, 2003), mesmo após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social e a intenção de ruptura ao conservadorismo profissional (Netto, 2017), é importante evidenciar a contradição e natureza do conservadorismo enquanto elementos inerentes à profissão, pois:

Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (Boschetti, 2015, p. 639).

Ao considerar a ascensão dos ideais neofascistas, conservadores, aliados aos percalços ocasionados pela precarização na formação universitária, incidem concretamente no desenvolvimento da orientação ético-político profissional que assumirá o/a assistente social, podendo ser este um posicionamento contra hegemônico ou não.

Portanto, ponderar sobre as possibilidades no trabalho do assistente social na educação básica, tratando especificamente na perspectiva crítica e contra hegemônica que orienta este trabalho, pressupõe afirmar a concepção de educação que fortaleça a cidadania plena de todos/as/es e que são materializados no acesso à saúde, moradia digna, cultura, lazer, segurança, alimentação, transporte, etc., ou seja, todos os elementos que majoritariamente são ausentes na vida da população que são vítimas das desigualdades sociais/educacionais, dentre elas destacamos as dificuldades de acesso, permanência material/simbólica e conclusão da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

escolarização em todos os níveis de ensino, principalmente de um significativo contingente da classe trabalhadora empobrecida.

Ademais, o serviço social tem como objeto central de trabalho a intervenção propositiva articulado nas estratégias para o enfrentamento das diversas manifestações da questão social, que são atendidas parcialmente pelas políticas sociais, públicas e privadas. Ao analisar o papel estratégico do trabalho do assistente social na educação básica no processo de transformação do vigente cenário de desigualdades sociais/educacionais, predispõe o enfrentamento dos fenômenos da exclusão escolar e suas contradições, as quais limitam a inclusão na vida social, impactam no processo de aprendizagem e comprometem o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas que terão impacto na vida social. Esta perspectiva representa uma concepção ampliada sobre os desafios e possibilidades que envolvem o trabalho do/a assistente social na educação básica, portanto, é importante salientar as dimensões que particularizam o trabalho profissional nesta área de atuação, conforme consta no grifo do documento intitulado: “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS (2011):

Embora se reconheça a dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada, no âmbito da política educacional - sem perder de vista as contradições que as atravessam, elas não esgotam o potencial e o alcance do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. (CFESS/CRESS, 2011, p. 39).

Em virtude da natureza intrínseca a essa perspectiva, outras instâncias políticas, tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), também se organizam como entidades representativas da categoria profissional e de estudantes responsáveis por sistematizar, debater e coordenar a formação continuada no âmbito ético-político, tanto no nível de graduação quanto de pós-graduação em serviço social. Tais entidades afirmam a potencialidade política e interventiva associada aos/às assistentes sociais, estudantes do serviço social, bem como aos movimentos sociais e educacionais, com o propósito de estabelecer diálogo acerca das principais tendências que compõem o serviço social e suas repercussões no cenário brasileiro.

Deste modo, antes de avançarmos à exposição do debate pertinente ao relato de experiência de estágio curricular, é imperativo reforçar nas análises subsequentes os efeitos da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

inserção de assistentes sociais no contexto da educação básica na rede municipal de educação de Franca/SP, enquanto movimento marcado pelas determinações e contradições inerentes ao processo de precarização no mundo do trabalho; cortes orçamentários na de educação pública; bem como as fragilidades e incompletudes apresentadas nas políticas educacionais na realidade brasileira.

Em síntese é possível afirmar nessa dinâmica que, apesar de ser uma conquista materializada pela categoria profissional – a luta pela inserção de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de educação básica pela aprovação da Lei nº 13.935/2019, o trabalho do/a assistente social no referido contexto está imerso em uma realidade socioinstitucional permeada por contradições e contrarreformas que ameaçam o direito à educação pública, democrática e de qualidade assim como qualquer outra instituição da rede pública de educação básica inserida na conjuntura brasileira.

Portanto, tem-se como desafio inicial vislumbrar a construção de uma política educacional devidamente sistematizada e consolidada, com o foco nas demandas estudantis para que os/as profissionais envolvidos/as com a comunidade escolar (os/as quais incluem o/a assistente social) obtenham condições éticas e técnicas para enfrentarem na perspectiva interdisciplinar e multidimensional as demandas materiais e simbólicas relacionadas às condições de classe da população trabalhadora empobrecida, bem como as questões pertinentes às diferentes formas de violências e expressões da questão social que se materializam na dinâmica escolar.

Isto posto, para efetuar uma compreensão crítica do relato de experiência de estágio curricular que será apresentado na sequência, requer considerar nas reflexões os desafios advindos do bojo do sistema educacional brasileiro, pois, as políticas educacionais como um todo, especialmente na educação básica - foco do presente estudo, historicamente requerem avanços na infraestrutura organizacional e orçamentária para compreender o atendimento das necessidades biopsicossociais que extrapolam as possibilidades fornecidas pelas atuais políticas públicas destinadas à educação básica.

## **2.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

A proposta deste item é trazer um relato de experiência de estágio curricular supervisionado realizado por uma das autoras deste trabalho, no âmbito da graduação em serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP, Câmpus de Franca, que abarcou experiências do exercício profissional da/o Assistente Social em um bloco de atuação composto por sete escolas públicas municipais de Franca em nível da Educação Básica, da Educação Infantil aos ciclos iniciais do Ensino Fundamental I - do primeiro ao quinto ano. O estágio aconteceu durante um período de tempo de quatro a cinco meses, no ano de 2023.

Embora certa resistência da Secretaria Municipal de Educação de Franca (SME) para abrir um campo de estágio de serviço social na política educação do município, sua realização foi possível com o apoio persistente da Assistente Social supervisora e mediante os mesmos documentos de estágio curricular do curso de História da Universidade, tratando-se de "(...) uma estratégia na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético político do Serviço Social", segundo a ABEPSS (2010, p. 8), além de justificada importância pela indissociabilidade entre a formação acadêmica e o exercício profissional.

Essa significativa oportunidade de estágio tornou-se viável após a homologação da Resolução da Secretaria Municipal de Educação nº006 de 31 de janeiro<sup>8</sup> de 2023, a partir da qual é deliberada a atuação dos profissionais de serviço social e de psicologia na rede pública de Educação Básica Municipal de Franca, município pioneiro na região do Estado de São Paulo na regulamentação da Lei nº13.935 de 2019, que prevê assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica.

Cabe, aqui, mencionar que o trabalho profissional do serviço social na política de Educação Básica no município de Franca não é recente, a assistente social Juliana de Carvalho Pimenta em sua dissertação de Mestrado, de 2009, relata que a implantação do serviço social na SME tem suas raízes em 1978 com a criação do Departamento Psicossocial, que até 1997 contou com uma equipe de médico pediatra, psicóloga e assistente social, passando a denominar-se Serviço de Orientação Psicossocial (SOPS) com a contratação de fonoaudióloga e ampliação das equipes de especialistas. No geral, o trabalho tinha um caráter controlador e curativo, em vista dos atendimentos clínicos individualizados.

Em 1998, em meio ao processo de municipalização da educação em decorrência da recente implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a SOPS transformou-se em Divisão de Assistência à Educação (DASE). Os profissionais que permaneceram, de serviço social, psicologia e pedagogia, formaram equipes interdisciplinares

---

<sup>8</sup> A Resolução SME N° 006 de 31 de janeiro de 2023 e a Resolução SME nº 002 de 12 de março de 2024, citada posteriormente, foram compartilhadas em anexo com a aluna estagiária, uma vez que não encontra-se disponível no site oficial da prefeitura de Franca.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

denominadas Equipe de Apoio, que buscaram assumir um novo perfil de trabalho de caráter mais preventivo que curativo e somada à descentralização dos serviços da DASE foi viabilizada sua inserção nas escolas municipais. De acordo com a autora, foi a primeira experiência profissional com esse caráter.

Ao longo dos anos, a quantidade de profissionais de serviço social não acompanhou o aumento da rede municipal de ensino. Na escola, o trabalho da Equipe de Apoio na maior parte do tempo voltava-se para atendimentos psicopedagógicos com caráter terapêutico e funcionalista, associado à demanda por projetos de intervenção de disciplinamento dos alunos e das famílias “em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (Yazbek, 2009, p. 147), individualizando e culpabilizando os sujeitos pelo fracasso no enfrentamento dos desafios cotidianos, sociais e educacionais.

Ademais, as assistentes sociais eram as únicas profissionais que realizavam concomitantemente projetos específicos na sede da SME, o que dificultava a presença diária dos profissionais nas escolas e a sistematização de ações planejadas e específicas da categoria, de acordo com a necessidade da unidade de ensino, em razão da divisão do trabalho profissional em duas frentes.

(...) se por um lado possibilitou a manutenção de um campo de trabalho conquistado com muito compromisso profissional, por outro lado demonstrou que pelo fato de ter sua atuação específica apenas em projetos fora do ambiente escolar, ou seja, na sede da Secretaria Municipal de Educação, levou à compreensão muitas vezes distorcida do seu papel no cotidiano escolar. (Pimenta, 2009, p.74).

A partir de 2004 a Equipe de Apoio começou a trabalhar com projetos nas escolas em sistema de rodízio, mas a presença dos profissionais uma vez na semana fez permanecer a dificuldade do exercício profissional nas escolas, assim como, da integração dos profissionais com os educadores. Enfraquecendo-se a partir de então e principalmente após a extinção da DASE, a Equipe de Apoio chegou ao fim, em 2006<sup>9</sup>, segundo Pimenta (2009).

Durante o estágio supervisionado, no ano de 2023, foi possível observar algumas características da herança conservadora do serviço social no trabalho profissional, que vem sendo desenvolvido e edificado a partir de requisições institucionais que corroboram para sua manutenção. Assim, a partir da Resolução n° 006/2023 que dispõe sobre a atuação profissional e ao mesmo tempo nos oferece subsídios para análise crítica, despontando um processo primordial

---

<sup>9</sup> PIMENTA, Juliana de Carvalho. A prática profissional do assistente social na área da educação: a experiência do município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

para acompanhar e alinhar as normas ao projeto ético-político da categoria, coloca-se em evidência alguns artigos que vão de encontro com a discussão proposta.

Enfatiza-se o art. 11º da Resolução, que determina as atribuições conjuntas do assistente social e do psicólogo expressas nos incisos: “II. Apoiar a promoção da aprendizagem, tendo por referências a realidade escolar e as competências previstas na BNCC - Base Nacional Comum Curricular e utilizar estratégias participativas junto à comunidade escolar, estudantes e suas famílias”; e “X. Participar da elaboração, atualização e execução da proposta pedagógica e considerar questões relacionadas ao desenvolvimento do estudante quanto às competências socioemocionais, à aprendizagem e aos relacionamentos interpessoais no ambiente escolar”. Bem como o art. 16º “Os Psicólogos e Assistentes Sociais deverão preparar as aulas do Projeto para a Vida em parceria com o professor da sala”. (2023, p.41)

As aulas do Projeto para a Vida são desenvolvidas com base no caderno Currículo em Ação: Projeto de Convivência<sup>10</sup>, elaborado e adaptado por instituições privadas nacional e internacional para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O projeto contempla os anos iniciais do Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano, e dialoga com as competências socioemocionais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular, homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, partindo do pressuposto de que a educação deve inovar suas práticas para que acompanhe um mundo “cada vez mais rápido, sensorial e globalizado”, de acordo com o Currículo em Ação (2015).

Prioriza-se, nesse sentido, uma educação que prepare indivíduos aptos para atuar em uma sociedade moderna, volátil e concorrencial, por meio da transformação de suas competências em potencial promovendo a empregabilidade, como se fosse natural competir para conquistar uma vaga de emprego e o mérito fosse fruto de sua capacitação individual. Por isso, os jovens devem responsabilizar-se por seu aperfeiçoamento através do autogoverno de seus comportamentos e condutas, fortalecendo seu capital humano<sup>11</sup> com o desenvolvimento das competências socioemocionais.

---

<sup>10</sup> O caderno Currículo em Ação: Projeto de Convivência foi compartilhado com a aluna estagiária durante a realização do estágio para acompanhar a elaboração e desenvolvimento das atividades propostas pela assistente social supervisora e o profissional de psicologia.

<sup>11</sup> (...) afirma que a educação é um dos meios mais importantes para a ampliação da produtividade econômica, pois, ao educar-se o indivíduo estaria valorizando a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas estruturais e fez da educação um “valor econômico”. Numa equação que equipara capital e trabalho como se ambos fossem igualmente “fatores de produção” a teoria legítima a concepção de que os investimentos em educação devem ser determinados pelos mesmos critérios do investimento capitalista (Minto, 2006).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como “um tipo de tecnologia que busca programar e controlar os estudantes em sua forma de agir, sentir, pensar e situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem (O’Malley, 1996; Gadelha, 2009), evidencia-se os moldes da racionalidade neoliberal incisiva na constituição das subjetividades e personalidades medidas cientificamente e direcionadas para fins específicos, quais sejam produzir e gerar rendimento do capital.

Sob a égide da pedagogia das competências, a política de educação retoma uma abordagem tecnicista, respaldada na dicotomia afetivo-cognitivo e teoria-prática. Os projetos político-pedagógicos pragmáticos e fragmentados atuam no aligeiramento dos conhecimentos escolares desfavorecendo a concepção de desenvolvimento integral, ao passo que motivam o desenvolvimento das competências, sobretudo socioemocionais, de forma a conduzir o apassivamento dos jovens diante da exigência de sua adaptação aos processos de intensificação e exploração do trabalho, marcando, inclusive, a intensa penetração da esfera privada na política em detrimento do setor público.

Derivada de relações sociais de ultra individualismo, somado ao desmonte dos direitos e políticas sociais nos moldes do neoliberalismo, “(...) a formação de um tipo específico de ser humano, amansado, adaptado às instabilidades do mercado, capaz de dar respostas positivas em meio a situações adversas e acobertando os elementos estruturais que dão origem a esses problemas” (Chaves, Motta; Gawryszewski, 2020, p. 18), caracteriza-se como uma estratégia de psicologização do enfrentamento às expressões da questão social e patologização dos indivíduos.

Convém mencionar o Projeto Cultura da Paz, elaborado pela SME e desenvolvido pelos assistentes sociais e psicólogos, cujo princípio era combater a onda de violência nas escolas cultivando ações que promovam a paz. Uma proposta um tanto interessante se fosse desenvolvida não só com diálogo sobre cultivar sentimentos de empatia e respeito, mas se se respaldasse em conhecimentos científicos para trabalhar a prevenção das formas de violência que se reproduzem no ambiente escolar. Temas como bullying, racismo e violência intrafamiliar foram levantados pelos próprios alunos, mas acabam manifestando-se desconexos do diálogo sobre a paz quando não trabalhados de forma concreta e efetiva, por exemplo, no fortalecimento das organizações estudantis, das redes de proteção no território, e da inclusão da família e comunidade no debate.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na percepção de Lemos e Macedo<sup>12</sup>, as políticas educacionais de órgãos multilaterais que emolduram as competências, dentre elas as socioemocionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU), notadamente por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como do Banco Mundial, prescrevem, para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a constituição de ações que buscam formar sujeitos capazes de superar conflitos de natureza econômica, ambiental e humanitária. Levando em conta os relatórios da OCDE, conforme Lemos e Macedo (2019), tem-se a tese de que os aspectos emocionais tendem a se sobrepôr a questões sociais. Dito de modo mais direto, é como se a mentalidade dos escolares afetasse muito mais o rendimento destes do que o contexto socioeconômico. Ao dar um espaço visível para o trabalho com as competências socioemocionais, documentos como a BNCC operam no sentido de engendrar subjetividades em sintonia com tais preceitos e, com isso, ignoram as desigualdades socioeducacionais existentes na realidade brasileira, porquanto, no escopo dessas propostas, é como se cada jovem estudante pudesse, individualmente, projetar e executar um plano de vida, a despeito das idiosincrasias de cada conjuntura familiar, social e econômica. (Lemos; Macedo, 2019 apud Da Silva, 2023).

A partir de tais elucidções, é importante problematizar qual o sentido e significado do trabalho do Serviço Social na Educação quando direcionado para sua inserção participativa no processo de desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes. Se relaciona diretamente com o deslocamento das formas de enfrentamento às expressões da questão social para o campo psicológico, revela-se a reiteração da demanda institucional, logo, da dinâmica do capital, por uma atuação profissional de caráter curativo, disciplinador e funcionalista, além de seus efeitos na culpabilização dos estudantes e de suas famílias.

Portanto, faz-se essencial reafirmar o compromisso da atuação profissional do serviço social na política de educação sintonizada com o Projeto Ético-Político Profissional, conforme os documentos norteadores das entidades representativas da categoria, como o CFESS, que dispõem de um conhecimento científico e articulado com forças políticas e movimentos dos trabalhadores, qualificando o exercício profissional no desvelamento dos fundamentos, das contradições e estratégias de ação da política neoliberal e do resgate ao conservadorismo enquanto pensamento associado ao desmonte dos direitos sociais e do trabalho. Implicando aos assistentes sociais reconhecer-se enquanto classe trabalhadora e lutar com condições dignas de trabalho e autonomia no seu espaço ocupacional, propiciando, assim, condições concretas para decifrar as expressões multifacetadas da questão social e elaborar estratégias profissionais legítimas para seu enfrentamento.

Sob essa ótica, o relato de experiência de estágio exposto neste artigo objetiva também tornar-se base para estudos e pesquisas futuras contribuindo efetivamente para o trabalho profissional do assistente social na política de Educação Básica de Franca. Pesquisando,

<sup>12</sup> Lemos, Guilherme Augusto Rezende; MACEDO, Elizabeth Fernandes. A incalibrável competência socioemocional, Linhas Críticas, Brasília, v. 25. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v25.2019.24582>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

discutindo e construindo coletivamente caminhos para um exercício profissional autônomo e ético na perspectiva do trabalho coletivo e da materialização do Projeto Ético-Político Profissional, na defesa e luta por uma educação enquanto direito social, lugar de socialização e produção de conhecimento científico socialmente referenciado e da prática social da cidadania política.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é extensamente reconhecida como um direito humano fundamental, universal e coletivo, tendo responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e democrática, além disso, desempenha um papel fundamental nos processos sociais e históricos que delineiam o desenvolvimento humano e das relações sociais.

Vale ressaltar que viabilizar a garantia de direitos no âmbito da educação, ao longo da vida, favorece o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seus direitos em um processo de sociabilização que possibilite o reconhecimento de suas potencialidades e autonomia, assim sendo, é imprescindível destacar a relevância de considerarmos o Projeto Ético-Político Profissional na defesa e atuação profissional cotidiana no espaço educativo.

Em suma, o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social na política de educação deve desempenhar um papel substancial na promoção de um ambiente escolar inclusivo que atenda as demandas individuais dos/as alunos/as, especialmente no que tange às situações de vulnerabilidade social vivenciadas, enfrentando e contestando qualquer ocorrência de desproteção social, que afetam diretamente as condições educacionais e o processo de aprendizagem.

Isto posto, a atuação nesse ambiente desafiador deve partir da defesa de uma nova ordem societária, livre de dominação e exploração de classes, raça e etnia, gênero, rompendo com a lógica conservadora que manifesta historicamente sua sobreposição aos processos de ensino-aprendizagem.

### REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, 2010.

ALMEIDA, Ney. Luiz. Teixeira de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 5 jun. 2007. Disponível em: [https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf). Acesso em: 8 nov. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 637–651, dez. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

CFESS. Código de Ética do assistente social e Lei de Regulamentação da profissão. Brasília, 1993.

CFESS. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. nº 3. Brasília: 2013.

CHAVES, David; MOTTA, Vânia Cardoso; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Programa Solução Educacional: uma formação para a resiliência em tempos de agudas contradições. *Perspectivas*, Florianópolis, v. 38, n. 3, jul/set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e63255> . Acesso em: 20 mai. 2024.

DA SILVA, Francisco Vieira. Conquistando corações e mentes: as competências socioemocionais como reflexo da racionalidade neoliberal em coleções didáticas de projeto de vida. **Educação em Revista**, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GFN35hcsHNvtvrG9YkqgkVw/?lang=pt> . Acesso em: 10 mai. 2024.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, p. 07-31, 2015.

GADELHA, Sylvio de Souza. Governabilidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MANTOVANI, Bianca de. Andrade. Um enfoque sobre o analfabetismo (1915-1939). *USP*, p. 1-48, 19 abr. 2012.

MINTO, Lalo Watanabe. Teoria do Capital Humano. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SAVIANI, Dermeval. **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE, 2006.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora, 2017.

O'MALLEY, P. Risk and responsibility. In: BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (Ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neoliberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p. 189-207.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A prática profissional do assistente social na área da educação: a experiência do município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental**. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. UNICAMP, p. 1-21, 19 jul. 2023.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Sentido da colonização e revolução brasileira: crítica de caracterizações do modo de produção colonial. *Serviço Social & Sociedade*, p. 205-224, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.